

Demonstrações Financeiras

Agreste Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Agreste Saneamento S.A.

Arapiraca - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink is positioned above the printed name. The signature is cursive and appears to read 'Lázaro Angelim Serruya'.

Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Agreste Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.998	5.281
Depósitos bancários vinculados	6	-	5.022
Contas a receber e outros recebíveis	7	28.308	34.643
Impostos e contribuições a recuperar	8	905	1.320
Estoques		658	453
Despesas antecipadas		194	383
Total do ativo circulante		35.063	47.102
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber e outros recebíveis	7	362.259	336.152
Depósitos bancários vinculados	6	5.266	-
Depósitos judiciais		9	9
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	8
Total do realizável a longo prazo		367.542	336.169
Imobilizado		1.090	1.236
Direito de uso		279	-
Intangível		20	35
Total do ativo não circulante		368.931	337.440
Total do ativo		403.994	384.542

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	2.495	3.046
Financiamentos	10	7.143	6.602
Obrigações fiscais	11	6.686	6.795
Provisões e encargos trabalhistas		767	931
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	181
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13c	<u>21.544</u>	<u>27.290</u>
Total do passivo circulante		<u>38.635</u>	<u>44.845</u>
Não circulante			
Financiamentos	10	148.949	155.141
Obrigações fiscais	11	33.632	31.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>53.957</u>	<u>49.396</u>
Total do passivo não circulante		<u>236.538</u>	<u>236.522</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	44.721	44.721
Reservas de lucros		<u>84.100</u>	<u>58.454</u>
Total do patrimônio líquido		<u>128.821</u>	<u>103.175</u>
Total do passivo		<u>275.173</u>	<u>281.367</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>403.994</u></u>	<u><u>384.542</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	72.230	75.102
Custo dos serviços prestados	18	<u>(15.377)</u>	<u>(12.000)</u>
Lucro bruto		<u>56.853</u>	<u>63.102</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	18	-	(3.055)
Despesas administrativas e gerais	18	(8.620)	(9.112)
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>32</u>	<u>155</u>
		(8.588)	(12.012)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>48.265</u>	<u>51.090</u>
Receitas financeiras	19	1.390	360
Despesas financeiras	19	<u>(14.198)</u>	<u>(14.442)</u>
Despesas financeiras líquidas		(12.808)	(14.082)
Resultado antes dos impostos		<u>35.457</u>	<u>37.008</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.336)	(1.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(4.562)</u>	<u>(11.459)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>29.559</u>	<u>23.882</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>29.559</u>	<u>23.882</u>
Resultado abrangente total	<u><u>29.559</u></u>	<u><u>23.882</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas				Dividendos adicionais	Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2018		44.721	4.535	2.411	32.740	-	-	84.407
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.882	23.882
Reserva legal		-	1.194	-	-	-	(1.194)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	2.103	129	-	(2.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(5.114)	(5.114)
Reserva de lucros		-	-	-	6.123	-	(6.123)	-
Dividendos adicionais		-	-	-	-	9.219	(9.219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	<u>44.721</u>	<u>5.729</u>	<u>4.514</u>	<u>38.992</u>	<u>9.219</u>	<u>-</u>	<u>103.175</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.559	29.559
Reserva legal		-	1.478	-	-	-	(1.478)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	1.876	-	-	(1.876)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(3.913)	(3.913)
Reserva de lucros		-	-	-	22.292	-	(22.292)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	13	<u>44.721</u>	<u>7.207</u>	<u>6.390</u>	<u>61.284</u>	<u>9.219</u>	<u>-</u>	<u>128.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.559	23.882
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	3.055
Depreciação e amortização	626	407
Resultado na venda de imobilizado	43	35
Impostos de renda e contribuição social diferidos	4.562	11.459
PIS e COFINS diferidos	1.788	1.543
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes	(29.117)	(37.186)
Juros incorridos de financiamentos	13.746	14.380
Imposto de renda e contribuição social provisionados	<u>1.336</u>	<u>1.667</u>
	22.543	19.242
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	9.345	12.416
Aumento em estoques	(205)	(87)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	415	3.698
Redução em despesas antecipadas	189	144
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(551)	116
Redução em provisões e encargos trabalhistas	(164)	(149)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	<u>(837)</u>	<u>1.131</u>
	30.735	36.511
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.517)	(1.556)
Juros pagos de financiamentos	<u>(9.500)</u>	<u>(14.416)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>19.718</u>	<u>20.539</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(135)	(488)
Adições do ativo intangível	(20)	(16)
Outros investimentos	-	7.210
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(155)</u>	<u>6.706</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(10.530)	(5.579)
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	(244)	(5.022)
Dividendos e juros capital próprio pagos	<u>(9.072)</u>	<u>(11.432)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>(19.846)</u>	<u>(22.033)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(283)</u>	<u>5.212</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>5.281</u>	<u>69</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>4.998</u></u>	<u><u>5.281</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Agreste Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, quando os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 14 de abril de 2020.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.1. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, ao qual, de acordo com o ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir.

a) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa do concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da constra prestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	65,88%	65,88%

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros efetivos do contrato de concessão	4,31%	10,31%

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- Ajuste a valor presente de contas a receber;
- Despesas com juros sobre financiamentos; e
- Outras despesas e receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa e depósitos bancários vinculados.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado..

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.9. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.11. Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2).

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual a Companhia classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos.

A Companhia adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,23%, para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que a Companhia obterá para efetuar a compra do ativo.

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Administração concluiu que não há impacto significativo na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa correspondente

Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas)

A Companhia baseia-se no princípio que o seu contas a receber é um direito contratual e só constitui provisão para perdas de ativos financeiros, quando existe expectativa de não recebimento dos créditos esperados. A constituição é avaliada em cada período de apuração do resultado de forma individualizada por item do contas a receber.

Tributos, impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia não apresenta prejuízos fiscais a compensar no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	1	1
Saldos bancários	31	30
Aplicações financeiras	4.966	5.250
Total	4.998	5.281

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos em renda fixa com remuneração média anual atrelada ao CDI de 5,42% (6,34% em 31 de dezembro de 2018). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

6. Depósitos bancários vinculados

	2019	2018
Fundo de investimento	5.266	5.022

A rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento e dos certificados de depósitos bancários é de 5,57% (6,34% em 31 de dezembro de 2019).

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto a Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outra garantia, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção o sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2019	2018
Recebíveis de contratos de concessão		416.641	396.861
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(26.106)	(26.106)
Adiantamentos		20	40
Outros		10	-
Partes relacionadas - operações mensais	20	2	-
Circulante		28.308	34.643
Não circulante		362.259	336.152
Total		390.567	370.795

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	372.045
Receita decorrente de serviços de operação	38.136
Receita decorrente de serviços de construção	6.730
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	37.186
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(57.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	396.861
Receita decorrente de serviços de operação	31.723
Receita decorrente de serviços de construção	18.804
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	29.117
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(59.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	416.641

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2019	2018
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	593	289
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	158	6
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	147	8
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido concessão	1	831
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido concessão	-	180
Outros	14	14
Circulante	905	1.320
Não circulante	8	8
Total	913	1.328

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2019	2018
Fornecedores		1.918	1.619
Partes relacionadas - operações mensais	20	6	242
Outras contas a pagar		571	1.185
Circulante		2.495	3.046
Não circulante		-	-
Total		2.495	3.046

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

<u>Linha de crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>		<u>Vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		<u>médios a.a. (%)</u>				
FCP – SAN	TR	8,70		2020 a 2035	155.801	161.722
Arrendamento					291	-
Finame				2019	-	21
Circulante					7.143	6.602
Não circulante					148.949	155.141
Total					156.092	161.743

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 6).

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 187</u>
<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
Financiamentos	155.801	6.918	9.989	9.989	9.989	9.989	108.927
Arrendamento	291	225	40	12	14	-	-

	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 199</u>
<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>contábil</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>	<u>meses</u>
Financiamentos	161.743	6.602	9.798	9.798	9.798	9.798	115.949

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a pagar	
Saldos em 1º de dezembro de 2019	161.743	27.290	189.033
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização - cédula de crédito bancário	(10.188)	-	(10.188)
Amortização - arrendamento mercantil	(342)	-	(342)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(9.072)	(9.072)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(10.530)	(9.072)	(19.602)
Outras variações			
Provisão de juros - cédula de crédito e arrendamento mercantil	13.746	-	13.746
Arrendamento mercantil	633	-	633
Pagamento de juros e arrendamento mercantil	(9.500)	-	(9.500)
Juros sobre o capital próprio	-	3.326	3.326
Total de outras variações	4.879	3.326	8.205
Saldo em 31 de dezembro de 2019	156.092	21.544	177.636

11. Obrigações fiscais

	2019	2018
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	28.903	27.434
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	6.275	5.956
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.599	4.334
Programa de Integração Social (PIS)	832	940
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital	587	-
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido a recolher	66	24
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	26	39
Impostos Sobre Serviços (ISS) retido a recolher	21	11
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiros	5	7
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	4	35
Circulante	6.686	6.795
Não circulante	33.632	31.985
Total	40.318	38.780

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

12. Provisão para perdas em causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não reconheceu nenhuma provisão.

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$8.799 em 31 de dezembro de 2019 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2018).

Abaixo descrevemos o processo avaliado como sendo de risco possível:

- Existe um processo estimado em R\$ 5.000 que trata de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consiste em parte de um terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertencia à CARHP. Tal autarquia é parte em diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, a Companhia iniciou as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 44.720.746 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2018), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2019	2018
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Natureza e propósito das reservas

i) *Reservas de lucros*

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, uma vez que o índice de cobertura de serviço da dívida – ICSD foi atendido no exercício de 2018 e 2019.

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar apresentado no balanço patrimonial está líquido do montante de R\$9.072 pagos à Iguá Saneamento S.A. até 31 de dezembro de 2019 (R\$11.432 em 31 de dezembro de 2018).

Dessa forma, a Companhia possui o montante de R\$21.544 a pagar em 31 de dezembro de 2019 (R\$27.290 em 31 de dezembro de 2018) à controladora.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Conforme AGE de 30 de dezembro de 2019, foi reconhecido juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.913 (R\$3.326 valor líquido de imposto de renda retido na fonte).

Tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2020 e portanto, os órgãos da administração entendem que a distribuição de dividendos adicional ao realizado de R\$ 3.913 é incompatível com a situação financeira da Companhia e a parcela dos lucros não distribuída foi destinada a constituição de reserva especial de lucro.

A Companhia não propôs os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício que serão ratificados à aprovação na próxima Assembleia Ordinária.

14. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	275.173	281.367
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(10.264)	(10.303)
(=) Dívida líquida (A)	264.909	271.064
Total do patrimônio líquido (B)	128.821	103.175
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	2,06	2,63

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação dos valores contábeis relativos a ativos e passivos financeiros.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.966	5.250	32	31	-	-
Depósitos bancários vinculados	5	-	5.022	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	390.567	370.795	-	-
						-	-
Ativos financeiros		4.966	10.272	390.599	370.826	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	-	-	-	-	2.495	3.046
Financiamentos	10	-	-	-	-	156.092	161.743
Passivos financeiros		-	-	-	-	158.587	164.789

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia e a CASAL comunicam até o 15º dia útil à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebido/pago respectivamente, sendo conclusivo o valor informado pela CASAL. No caso de haver atraso no processo de aprovação por parte da Casal, a CEF transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato estarão suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses e portanto os valores correspondentes permanecem devidamente provisionados pela Companhia, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. Diante deste cenário a Companhia reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus recebíveis e não reconheceu a receita no montante de R\$12.597 em 31 de dezembro 2016 e no montante de R\$2.771 em 31 de dezembro de 2017 em virtude da inadimplência da CASAL. Em 2018, com base no termo de reequilíbrio contratual vigente e adimplência da CASAL, a Companhia reconheceu o montante total desta receita, líquida do ajuste a valor presente das parcelas vincendas ao longo do período de concessão. Em 2019 a CASAL mantém-se adimplente com o contrato, ocorrendo o recebimento das parcelas de acordo com o previsto.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.998	5.281
Depósitos bancários vinculados	6	5.266	5.022
Contas a receber e outros recebíveis (*)	7	390.547	370.755
Circulante		38.552	44.906
Não circulante		362.259	336.152
Total		400.811	381.058

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2019	2018
A vencer	390.535	370.755
Acima de 360 dias	26.106	26.106
Total	416.641	396.861

A Companhia possui R\$ 26.106 em 31 de dezembro de 2019 (idêntico a 31 de dezembro de 2018) reconhecido na rubrica de perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Financiamentos	10	156.092	161.743
Fornecedores e outras contas a pagar	9	2.495	3.046
Circulante		9.638	9.648
Não circulante		148.949	155.141
Total		158.587	164.789

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 180 meses
31 de dezembro de 2019								
Financiamentos	155.801	275.695	19.471	19.297	19.113	18.918	18.710	180.186
Arrendamento	291	316	243	45	14	14	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	2.495	2.495	2.495	-	-	-	-	-
Total	158.587	278.506	22.209	19.342	19.127	18.932	18.710	180.186
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 192 meses
31 de dezembro de 2018								
Financiamentos	161.743	295.351	19.656	19.471	19.297	19.113	18.918	198.896
Fornecedores e outras contas a pagar	3.046	3.046	3.046	-	-	-	-	-
Total	164.789	298.397	22.702	19.471	19.297	19.113	18.918	198.896

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2019	2018
Ativos financeiros			
Aplicação financeira	5	4.966	5.250
Depósitos bancários vinculados	6	5.266	5.022
Recebíveis de contratos de concessão	7	416.641	396.861
Total		426.873	407.133
Passivos financeiros			
Financiamentos (*)	10	156.092	161.722

(*) Não há projeção futura disponível para a TR, portanto, não há exposição a risco de taxas de juros em 31 de dezembro de 2019.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação Financeira	4.966	CDI	4,39	218	5,49	273	6,59	327
Depósitos Bancários Vinculados	5.266	CDI	4,31	227	5,39	283	6,46	340
Recebíveis de contratos de concessão	416.641	IPCA	4,13	17.207	5,16	21.509	6,20	25.811
Total líquido de ativos e passivos financeiros	426.873			17.652		22.065		26.478
Impacto no resultado e patrimônio líquido							4.413	8.825

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação Financeira	4.966	CDI	4,39	218	3,29	164	2,20	109
Depósitos Bancários Vinculados	5.266	CDI	4,31	227	3,23	170	2,15	113
Recebíveis de contratos de concessão	416.641	IPCA	4,13	17.207	3,10	12.904	2,07	8.605
Total líquido de ativos financeiros	426.873			17.652		13.238		8.827
Impacto no resultado e patrimônio líquido							(4.413)	(8.825)

Fontes: a informação do CDI e IPCA foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base de 27 de dezembro de 2019.

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.875	8.875	-	-	-	(4.364)
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	54.243	47.396	(6.847)	(6.961)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	10.946	10.988	42	(94)
AVP - Ajuste de valor presente	2.297	-	-	-	2.297	-
Outras diferenças temporárias	59	113	-	-	(54)	(40)
	11.231	8.988	65.189	58.384	(4.562)	(11.459)
Compensação (*)	(11.231)	(8.988)	(11.231)	(8.988)	-	-
Total	-	-	53.958	49.396	(4.562)	(11.459)

(*) Ativos e passivos fiscais diferidos apresentados líquidos.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2019	2018
Resultado do exercício antes dos impostos	35.457	37.008
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(12.055)	(12.583)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	1.328	(8)
Subvenção governamental	1.876	2.231
Outras	2.953	(2.766)
Imposto corrente	(1.336)	(1.667)
Imposto diferido	(4.562)	(11.459)
Alíquota efetiva	17%	35%

17. Receita operacional líquida

Receita líquida	2019	2018
Serviços	31.723	38.136
Ativo financeiro	29.117	37.186
Construção	18.804	6.730
Impostos sobre os serviços prestados	(7.414)	(6.950)
Total	72.230	75.102

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

18. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2019	2018
Custo de construção	(5.822)	(2.709)
Despesas com pessoal	(4.814)	(4.461)
Serviços de terceiros	(2.503)	(2.500)
Materiais diretos e auxiliares	(1.499)	(1.423)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(374)	(218)
Outros custos	(285)	(620)
Depreciação e amortização	(168)	(276)
Energia elétrica	(5)	(3)
Creditos de Pis e Cofins	93	210
Total	(15.377)	(12.000)

Despesas comerciais	2019	2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(3.055)

Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Despesa com pessoal	(6.718)	(6.087)
Outras despesas	(1.104)	(2.085)
Depreciação e amortização	(458)	(131)
Serviços de terceiros	(309)	(755)
Energia elétrica	(32)	(35)
Total	(8.620)	(9.112)

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2019	2018
Ajuste a valor presente	843	-
Juros sobre aplicações financeiras	540	275
Outras receitas financeiras	7	85
Total	1.390	360
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(13.746)	(14.380)
Outras despesas financeiras	(452)	(62)
Total	(14.198)	(14.442)
Despesas financeiras líquidas	(12.808)	(14.082)

20. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas administrativas e gerais”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2019	2018
Remuneração da diretoria	757	427
Participação nos lucros e resultados	437	265
Encargos Sociais	184	155
Benefícios diretos e indiretos	46	38
Total	1.424	885

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Outras transações com partes relacionadas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos respectivos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 7)		(Nota 9)	(Nota 9)			
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados Iguá Saneamento S.A.	(a)	2	-	(2)	11	(30)	1
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	-	231	3	(2.603)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	-	8	-	(3.862)	(663)
Total		2	-	6	242	(3.889)	(3.265)

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio.

(b) Contrato de serviços de assistência técnica entre as partes, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão, no montante equivalente a 5% sobre a receita líquida.

(c) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2019	2018
Risco de engenharia	14.173	11.002
Seguro empresarial (*)	55.760	30.200
Seguro garantia	14.037	14.068
Responsabilidade civil (**)	37.000	37.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	11.550	4.050
Total	132.520	98.338

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2019 compartilhado com as demais empresas do Grupo Iguá.

(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2019 compartilhado com as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas e teto máximo de cobertura de R\$ 37.000 para a Companhia, Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Paranaguá Saneamento S.A.

22. Compromissos

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

23. Eventos subsequentes

A Administração vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Companhia está tomando medidas necessárias para minimizar o impacto da expansão do vírus em suas instalações operacionais e administrativas.

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria

Sérgio Roberto Bovo Junior
Angela Cristina Lins da Silva

Contador

Anderson Costa Silva
CRC/SP nº SP-219557/O-4